



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.002516/2019-38

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de grupo gerador de emergência.

Item	Descrição	Quantidade	Valor Máximo Aceitável
1	Serviço de manutenção do grupo gerador preventiva mensal	01	R\$ 1.908,24
2	Serviço de manutenção do grupo gerador preventiva semestral	01	R\$ 626,52
3	Serviço de manutenção do grupo gerador preventiva anual	01	R\$ 1.041,77
4	Serviço de manutenção do grupo gerador corretiva de emergência	01	R\$ 4.357,97
VALOR GLOBAL ESTIMADO			R\$ 7.934,50

1.2. O objeto da licitação tem natureza de serviço comum continuado.

1.3. A presente contratação adotará como regime a execução de empreitada por preço global por item, os quais devem ser contratados em conjunto.

1.4. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Há necessidade de contratação de manutenção do grupo gerador, pois deve-se garantir o seu funcionamento, uma vez que este é o responsável por atender a cargas prioritárias em regime de emergência (especialmente acionamento das luzes de emergência e assegurar o fornecimento contínuo de energia elétrica à sala cofre da ANM), no caso de interrupção pela concessionária CEB.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução abrange a manutenção de grupo gerador de emergência, sem dedicação de mão de obra exclusiva, e assim a empresa contratada deverá prestar serviços de manutenção preventiva (mensal e anual) e corretiva (por chamado) no grupo gerador, suas instalações elétricas e quadros de transferência automáticos.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme estudos preliminares, os requisitos da contratação abrangem os seguintes itens:

5.1.1. Fornecimento de mão de obra e materiais conforme planilha

5.1.2. Serviço continuado sem dedicação exclusiva realizado por visitas técnicas mensais, duas semestrais e uma anual para manutenção preventiva, além de manutenção corretiva (incluindo materiais), com atendimento de chamados de emergência.

5.1.3. Obedecer a todas as leis ambientais (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente nº 6.983 de 17/01/1981; Lei de Crimes Ambientais nº 9.605 de 12/02/1998; Lei de Recursos Hídricos nº 9.433 de 08/01/1997; Lei do Código Florestal Brasileiro nº 12.651 de 25/15/2012) e implantar critérios e práticas de sustentabilidade sempre que aplicável.

5.1.4. A duração inicial do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666. de 21 de junho de 1993.

5.1.5. As soluções de mercado para este tipo de contratação envolvem: contratação de mão de obra permanente, execução apenas por chamado para atendimento emergencial, execução apenas de manutenção mensal, execução apenas de serviço técnico (sem fornecimento de material).

6. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:30 às 11:30 horas e das 14:30 às 17:00 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado.

6.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, a Contratante poderá oferecer arquivos que devem ser gravados em mídia oferecida pela empresa licitante, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir o ônus dos serviços decorrentes.

6.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O local de prestação dos serviços é: SAUN, Q. 1, Bloco B, Edifício Sede da Agência Nacional de Mineração (ANM), Brasília-DF.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços será iniciada após emissão de ordem de serviço pela Fiscalização, **cujo modelo encontra-se no ANEXO I**, com a definição das datas de manutenção junto à Fiscalização.

8.2. Após verificação da manutenção, caso seja necessária a reposição de alguma peça, a empresa deve providenciá-la e realizar a substituição em até 3 dias corridos. Exceções serão analisadas a cada caso pela Fiscalização.

8.3. A manutenção preventiva deverá ser realizada com a periodicidade e características descritas a seguir:

TABELA 1 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO GRUPO GERADOR DE EMERGÊNCIA - PERIODICIDADE MENSAL

Item	Especificação	Situação
1	Apresentar-se ao servidor da DINSED	
2	Colocar "DESLIGADO" no ecrã, antes do início dos trabalhos, sob pena de danificar o gerador, caso não se execute esta tarefa.	
3	Limpeza geral, com cuidado, utilizando pano seco e aspiração de pó de todo o grupo gerador.	
4	Verificar o nível de óleo diesel e assinalar no relatório.	
5	Verificar o nível de óleo diesel no tanque e completá-lo para no mínimo 4 (quatro) horas de operação, caso necessário.	
6	Verificar o nível de óleo lubrificante e assinalar no relatório.	
7	Verificar se o nível da água de arrefecimento está no aspecto visual de água limpa e, no caso de necessidade, completá-la e/ou substituí-la com o respectivo aditivo. Observar a fixação e travamento da tampa do radiador.	
8	Colocar o gerador em funcionamento em vazio por um período de 5 minutos e observar as condições elétricas de tensão, temperatura da água e também o nível de ruído produzido pelo motor em funcionamento	
9	Verificar a situação das mangueiras quanto a rachaduras fissuras e encaixes. Providenciar substituição, caso as mangueiras estejam danificadas.	

10	Verificar a tubulação de exaustão dos gases. Providenciar reparos, caso esteja danificada.	
11	Verificar/limpar respingos de óleo no interior da canópia.	
12	Verificar no ecrã possíveis irregularidades de alarme e corrigi-las.	
13	Verificar no ecrã as tensões demandadas da rede e anotá-las.	
14	Observar e anotar todos os parâmetros mostrados no ecrã, tais como, rotação do motor, tensões, frequência, temperaturas, quantidade de partidas, etc.	
15	Executar no QTA a limpeza dos seus contadores, lâmpadas de sinalização e fiações.	
16	Verificar/corrigir as condições de encaixe e aperto dos terminais e fiações, em geral.	
17	Verificar condições da correia do alternador e efetuar a troca, caso necessário.	

TABELA 2 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO GRUPO GERADOR DE EMERGÊNCIA - PERIODICIDADE SEMESTRAL

Item	Especificação	Situação
1	Apresentar-se ao servidor da DINSED	
2	Colocar "DESLIGADO" no ecrã, antes do início dos trabalhos, sob pena de danificar o gerador, caso não se execute esta tarefa.	
3	Substituir o óleo diesel S500 existente no tanque por novo, com aditivo tipo <i>Actioil</i> .	

TABELA 3 - MANUTENÇÃO DO GRUPO GERADOR DE EMERGÊNCIA - PERIODICIDADE ANUAL

Item	Especificação	Situação
1	Apresentar-se ao servidor da DINSED	
2	Colocar "DESLIGADO" no ecrã, antes do início dos trabalhos, sob pena de danificar o gerador, caso não se execute esta tarefa.	
3	Limpeza geral, com cuidado, utilizando pano seco e aspiração de pó de todo o grupo gerador.	
4	Substituir o óleo lubrificante.	
5	Substituir filtro de óleo lubrificante	
6	Substituir filtro de ar.	
7	Substituir os filtros de óleo diesel.	
8	Verificar as condições dos amortecedores do grupo (caso haja problemas, corrigir).	
9	Verificar as condições de pintura quanto a possíveis oxidações (caso haja problemas, corrigir).	
10	Verificações e reaperto de todas as conexões (no caso de defeitos, corrigir).	
11	Verificações das condições dos fusíveis de comando e controle (no caso de defeitos, substituir).	
12	No ecrã, verificar as condições de funcionamento, limpeza, nitidez quanto a luminosidade, encaixe dos cabos, etc. (no caso de defeitos, corrigir).	
13	No QTA, executar limpeza.	
14	Retirada da tampa dos contadores do QTA e verificar os contatos e conexões (lembrar que o contator da rede é normalmente energizado).	
15	Trocar a água de arrefecimento colocando aditivo para eliminação de agentes corrosivos.	
16	Reapertar conexões incluindo também as do aterramento e conexões de força no disjuntor principal do grupo gerador.	
17	Executar ensaio de resistência ôhmica dos enrolamentos com ponte Kelvin ou similar (caso haja problemas, executar a correção necessária).	

8.4. A manutenção preventiva mensal especificada na Tabela 1 deve ocorrer dentro dos **15 (quinze) primeiros dias corridos de cada mês**, nos 12 meses do ano, inclusive quando houver no mesmo mês a manutenção semestral e anual.

8.5. O técnico deve se apresentar ao local para execução dos serviços no período de segunda a sexta-feira **das 8:30h às 11:30h ou das 14:30h às 17:00h**.

8.6. A empresa deve apresentar mensalmente relatório junto com a fatura e documentações para pagamento.

8.7. O relatório mensal deve ser assinado pelo técnico responsável pela visita, pelo Engenheiro Eletricista e por um membro da Divisão da Infraestrutura da Sede (DINSED) da ANM.

8.8. A manutenção preventiva anual, uma semestral, uma mensal, especificada nas Tabelas 1, 2 e 3, devem ser realizadas em conjunto dentro do **primeiro mês após firmado o contrato, de acordo com agendamento acordado com a Fiscalização**.

8.9. Ainda em relação à manutenção preventiva anual a empresa deve apresentar relatório conclusivo sobre a situação do gerador que deve ser assinado pelo Engenheiro Eletricista da empresa contratada.

8.10. O Engenheiro Eletricista deve participar da logística e da execução da manutenção anual. Além disso, deve avaliar os serviços técnicos nas manutenções preventivas mensais e semestrais.

8.11. O relatório conclusivo anual deve apresentar os valores das medições realizadas

comparando-as com valores padrões de funcionamento.

8.12. Tanto para a manutenção mensal quanto para a semestral e anual **é obrigatório que o técnico seja acompanhado por servidor da Divisão de Infraestrutura da Sede (DINSED)**O técnico deve se apresentar na DINSED para solicitar o acompanhamento e, caso esse procedimento não seja seguido, a manutenção deve ser repetida com o servidor presente.

8.13. A manutenção corretiva poderá ser realizada para correção de alguma avaria no grupo gerador, envolvendo ou não uma emergência, sendo que o valor será pago apenas quando ocorrer a correção.

8.14. No caso de emergência, a empresa será acionada a qualquer momento. Sendo assim, a empresa deve possuir um telefone de emergência (plantão) com objetivo de realizar reparos emergenciais.

8.15. **Os reparos de manutenção corretiva emergenciais deverão ser atendidos em até 2 (duas) horas após chamada telefônica.**

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A ANM constituirá uma Fiscalização (com fiscal e substituto) que terá a atribuição de verificar o andamento dos trabalhos realizados pela contratada, bem como solicitar alterações, entre outras elencadas na Lei Federal 8.666/93. A Fiscalização também será responsável pela realização de reuniões com a contratada para o bom andamento dos serviços.

9.2. A Fiscalização acompanhará presencialmente o técnico da contratada a cada manutenção seja ela preventiva (mensal ou anual) ou corretiva (emergencial ou não).

9.3. No caso de verificação da necessidade de substituição de peças, a contratada deverá providenciar o reparo completo em até no máximo 2 dias corridos.

9.4. Os materiais a serem utilizados nos reparos serão avaliados pela Fiscalização, devendo seguir as especificações técnicas e serem de primeira qualidade. A Fiscalização pode aprovar ou rejeitar o material proposto baseando-se nestas considerações.

9.5. A Contratada deverá se comunicar por escrito com a Contratante, especialmente por e-mail. Poderá ser utilizada a comunicação telefônica, especialmente em casos de emergência.

9.6. A medição dos serviços será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), no ANEXO II.

9.7. O pagamento será realizado mensalmente após a conferência pela Fiscalização da fatura bem como das documentações de conformidade, além de IMR e relatório técnico mensal (e anual, quando for o caso) assinado pelo técnico que realizou o serviço e por servidor da DINSED.

10. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, promovendo a substituição destes quando necessário.

10.2. Os materiais a serem utilizados estão especificados e quantificados (considerando o serviço de instalação) no item 4.0 da **planilha do ANEXO III deste Termo de Referência** Estes devem ser utilizados apenas com a aprovação prévia da Fiscalização e serão faturados apenas quando utilizados.

10.3. A não ser quando especificados em contrário, os materiais a serem empregados nos serviços serão todos novos, de primeira qualidade (assim entendida a gradação de qualidade superior, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto), de fabricantes renomados e de acordo com as especificações da ABNT, sendo expressamente vedado o uso de material improvisado em substituição ao especificado. Não se admitirá a adaptação de peças, seja por corte ou por outro processo, a fim de usá-las em substituição a peças recomendadas e de dimensões adequadas.

10.4. A Fiscalização examinará todos os materiais recebidos antes de sua utilização e poderá impugnar o emprego daqueles que, a seu juízo, forem julgados inadequados. Neste caso, em presença do responsável pela execução do serviço, serão retiradas amostras para a realização de ensaios de caracterização das qualidades dos materiais, quando necessário.

10.5. A Contratada deverá apresentar previamente à Fiscalização os materiais que serão empregados no serviço. O não cumprimento deste item poderá redundar em desmanche e nova execução de serviço já executado.

11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Para melhor dimensionamento da proposta, entendimento do objeto e realização da manutenção, seguem as características do grupo gerador:

11.1.1. Características técnicas do motor:

- a) Motor estacionário de combustão interna por ciclo diesel com potência mecânica bruta máxima de 67 c.v. e rotação nominal 1800 RPM, 4 cilindros em linha, com cilindrada de 3,92 litros, injeção direta de combustível, aspiração com turbo-compressor, com regulador mecânico de velocidade, refrigerado a água por radiador incorporado, ventilador e bomba centrífuga.
- b) Dotado de sistema de proteção contra alta temperatura da água e baixa pressão do óleo lubrificante.
- c) Filtros com elementos substituíveis para tipo secos, para óleo lubrificante e para combustível
- d) Fabricante: Cummins 4B739 G2 Serial: 87344608 Diesel Sistema elétrico de comando de 12 Vcc, dotado de alternador fixo para manter a carga das baterias.
- e) Consumo de combustível a 100% da potência Prime Power: 12l/h

11.1.2. Características técnicas do gerador:

- a) Com excitatriz rotativa sem escovas, tipo “brushless” com acoplamento mecânico à um motor Cummins, síncrono, trifásico, de mancal único, com refrigeração por ventilador centrífugo montado no próprio eixo, dotado de regulador eletrônico de tensão alimentado por bobina auxiliar. Possui enrolamento no estator com passo encurtado, permitindo redução de distorção harmônica de tensão em aplicações com cargas não lineares. Ligação estrela com neutro acessível, classe de isolamento H (180 °C) e grau de proteção IP21.
- b) Fabricante: Lufetec STANFORO, Serial: 12361077
- c) Usca: Comap Modelo: AMF – 20
- d) Potência Aparente: 55 kVA
- e) Tensão trifásica: 380/220 Vca 60 Hz

11.1.3. Outras características:

- a) Específico para trabalho na tensão de 380/220 Vca;
- b) Quatro Polos;
- c) Rotação nominal 1800rpm;
- d) Acabamento com pintura e cobertura a pó (Canópia);
- e) Teto em peça única;
- f) Estrutura da base maior que a Canópia para proteger contra danos e manuseio;
- g) Mínimo de fixações externas expostas ao meio ambiente;
- h) Portas laterais com dobradiças em ambos os lados da canópia que incorporam dobradiças de elevação em 45°;
- i) Drenos de água e refrigeração do óleo de lubrificação em tubos no trilho lateral da estrutura de base, na parte externa;
- j) Os painéis removíveis permitem o acesso ao radiador, saída de escapamentos dos gases e traseira do alternador;
- k) Portas posicionadas para ótimo acesso aos itens que necessitam de manutenção constante;
- l) Instalação na parte superior, de quatro manilhas de pegas para transporte, ou seja, alças na estrutura de base que facilitam o manuseio.

11.2. Encontra-se no ANEXO IV o esquema elétrico para o funcionamento do Gerador para melhor entendimento técnico.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados.
 - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - c) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação;
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução do serviço.
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo

executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, exceto em casos emergenciais cuja autorização prévia depende da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. Neste caso permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

16.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da

CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ocorrer a partir do primeiro dia do mês subsequente à realização da visita técnica da manutenção.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

17.3. A contratante realizará inspeção minuciosa dos serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências.

17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 dias, conforme disposto no Art. 40, XIV, “a”, da Lei nº 8.666, de 1993, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no mês subsequente à realização da visita técnica para manutenção.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período de prestação dos serviços; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada: não produziu os resultados acordados; deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como

ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.17. Pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----------------	--

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **conforme IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

20.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

20.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada e obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da data em que for notificada.

20.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.14. Será considerada extinta a garantia: com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que: inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) **Advertência** por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

c) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos. Sendo que esta sanção também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Termo de Referência.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

e) **Multa de:**

I - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **Tabelas 4 e 5**; e

V - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

VI - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2 "a", "b", "c" e "d" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 4 e 5**.

TABELA 4 - GRAU DE INFRAÇÃO ASSOCIADO AO DESCONTO SOBRE VALOR MENSAL

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 5 - TIPOS DE INFRAÇÕES ASSOCIADAS AO GRAU

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo de até 5 (cinco), a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, podendo a Administração descontar o seu valor da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança, independente de notificação, por ocasião de seu pagamento, ou cobrá-las judicialmente, segundo da Lei nº. 6.830/80, com os encargos correspondentes.

21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado em Edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos em Edital.

22.3. Os **critérios de qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) A empresa a ser contratada deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado pela respectiva Certidão de Registro no CREA, de que tenha executado satisfatoriamente serviços que contenham características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, em nome dos seus responsáveis técnicos.

b) Certidão de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA, onde deverá constar o nome dos Responsáveis Técnicos indicados na declaração de responsabilidade e objetivo social da empresa.

c) Declaração de responsabilidade técnica, na qual deverá constar a qualificação dos responsáveis técnicos indicados para execução da manutenção de qualificação de técnico eletromecânico. A declaração deverá ser assinada pelo representante legal da licitante, os responsáveis técnicos deverão, comprovadamente, fazer parte do quadro da empresa.

d) Apresentação de Certidões de Acervo Técnico, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em nome da empresa licitante e/ou de profissional da área de escopo deste Termo de Referência, que sejam pertinentes e compatíveis com o objeto, referentes ao atestado apresentado.

e) A empresa vencedora deverá apresentar na assinatura do Contrato a relação explícita e a declaração formal de disponibilidade dos seus equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas e específicas, bem como do seu pessoal técnico especializado para a realização dos serviços de manutenção, objeto deste Termo de Referência, conforme preceitua o parágrafo 6º do Art.30 da Lei 8666/93. O não cumprimento dessa exigência, desde que comprovada pela ANM, será motivo de desclassificação da licitante.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) Valor Global: R\$ 7.934,50 (sete mil novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

b) Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Edital.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo de R\$ 7.934,50 (sete mil novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos)

23.2. Tal valor foi obtido a partir do SINAPI, consulta ao painel de preços e de propostas de preço de empresas do ramo no mercado conforme pode ser visto em anexo Doc. SEI nº 0595400

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E SIASG

24.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados à ANM, no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2019 com: Programa de Trabalho: nº 22.122.2119.2000.0001 – Administração da Unidade; PTRES: nº 137381 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Próprios; Natureza de Despesa: 3390.39.17 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

24.2. SIASG: 235-6 Manutenção de grupos diesel gerador de emergência.

24.3. Informações fornecidas pelas áreas competentes de acordo com Doc. SEI nº 0595405, 0595406, 0595408

25. ANEXOS

25.1. ANEXO I: Modelo de Ordem de Serviço para início dos serviços (Doc. SEI nº 0595984)

25.2. ANEXO II: Instrumento de Medição de Resultados (IMR) (Doc. SEI nº 0595986)

25.3. ANEXO III: Planilha de composição de preços (Doc. SEI nº 0596972)

25.4. ANEXO IV: Esquema elétrico de funcionamento do gerador (Doc. SEI nº 0595993)

25.5. ANEXO V: Modelo de declaração de vistoria (Doc. SEI nº 0595996)

25.6. ANEXO VI: Modelo de declaração de não realização de vistoria (Doc. SEI nº 0595999)

O presente documento segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pelo documento de Instituição de Equipe de Planejamento da Contratação (SEI nº 0573019).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Anselmo Silva Souza, Fiscal de Contrato**, em 30/10/2019, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Martino Caldeira, Chefe de Divisão de Infraestrutura Sede**, em 30/10/2019, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis de Oliveira Campos, Técnico Administrativo (art. 1º da Lei 11.046/2004)**, em 30/10/2019, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.anm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0692223** e o código CRC **DA6B63F6**.